

Primavera 1996

DOURO 1

ESTUDOS & DOCUMENTOS

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

DIRECÇÃO:

Fernando Bianchi de Aguiar (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Arlete Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Instituto do Vinho do Porto/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (CNRS/Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Henrique David (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia - Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luis Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

SECRETARIADO:

Natália Favrelle Costa, Paula Montes Leal

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 1559 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156

Fotografia da capa: Vindimas na Quinta da Soalheira. Fotografia de Alvão, ca. 1940 (Col. IVP)

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Editorial 7

O GEHVID, um projecto, uma equipa 9

Estudos 17

A comarca de Ribacôa no Tratado de Alcañices
José Ignacio de la Torre Rodriguez 17

O Comércio de vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII
Francisco Ribeiro da Silva ■ António M. de Barros Cardoso 29

O alvará de instituição da companhia e os motins do Porto de 1757
António M. de Barros Cardoso 57

Nas origens da casa do Douro
Vital Moreira 79

A produção de famílias – o comércio na história
Jean Lave ■ Paul Duguid 97

A Região na aldeia – uma etnografia sobre a produção local
de regionalidade, no Alto Douro
Shawn Parkhurst 121

A região do vinho do Porto. Origem e evolução
de uma demarcação pioneira
Gaspar Martins Pereira 179

Documentos 199

Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII
Aurélio de Oliveira (Introdução e notas) ■ Natália Fauvrelle Costa (Transcrição) 199

Relatórios e notas de pesquisa 263

A estação arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, V. N. de Foz Côa
Gonçalves Guimarães 263

Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica
de Vilarinho de Cotas – Alijó
Carlos Alberto Brochado de Almeida 266

Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo
(Longroiva – Meda)
João M. Viana Antunes / Pedro Baêre 270

Organização do povoamento e dos territórios no Vale do Douro durante a
Idade Média – continuidades e rupturas
Equipa de Arqueologia Medieval 276

Notícias 291

Agenda 297

A Organização do Povoamento e dos territórios do Vale do Douro durante a Idade Média – continuidades e rupturas

O grupo de arqueólogos que integra a linha de investigação em história medieval do GEHVID activou, no decorrer do ano de 1995, um projecto centrado no estudo das *continuidades e rupturas da organização do povoamento e dos territórios no Vale do Douro*. Neste momento, enquadra 5 programas de intervenção (fig. 1) a decorrer em simultâneo: no Monte Calabre e Aldeia Nova (V. N. de Foz Côa), na vila medieval de Numão (V. N. de Foz Côa), na vila medieval de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), na Abadia Velha de Salzedas (Tarouca) e um inquérito, de carácter mais extensivo, às vilas fortificados de fundação baixo-medieval. No decurso da investigação, e de acordo com os objectivos propostos, irão sendo definidos programas de intervenção em outros locais considerados significativos para as problemáticas enunciadas, sendo também tomadas em consideração as respectivas vertentes de valorização e divulgação patrimonial.

O núcleo geográfico deste projecto é constituído pela região do Alto Douro. No entanto, o desenvolvimento da investigação poderá conduzir à realização de acções numa área mais alargada estendendo-se a Trás-os-Montes, à Beira Transmontana e ao Baixo Douro. Cronologicamente, o projecto centra-se na Idade Média, entendida como o período que se desenvolve entre os séculos V e XV. O alargamento a épocas mais recuadas ou mais recentes, de acordo com as necessidades decorrentes do desenvolvimento da investigação, procurará articular as respectivas acções com outros projectos existentes na região em estudo e cujo âmbito cronológico corresponda àquelas mesmas épocas.

1. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O estudo das continuidades e rupturas na organização do povoamento e dos territórios constitui o objectivo central da investigação. Considera-se existirem nesta região, durante a Idade Média, três ou quatro grandes momentos de ruptura e reorganização correspondendo à passagem da Antiguidade para a Alta Idade Média, à Reconquista cristã, às reorganizações da Baixa Idade Média enquanto construção do espaço da Monarquia Portuguesa e às transformações do

final da Idade Média e início da Idade Moderna. São basicamente essas alterações que nos propomos confirmar e analisar.

Investigar a evolução da organização do povoamento e dos territórios no vale do Douro implica o conhecimento da distribuição dos recursos dos centros de povoamento e as formas do seu aproveitamento. Neste âmbito, será dada uma atenção particular à vinha como factor modelador na construção da paisagem duriense. Sendo um elemento estruturante da paisagem actual, e pelo menos desde o século XVIII, a vinha e a sua importância na paisagem duriense é praticamente desconhecida para as épocas anteriores e em especial para as mais recuadas como a Antiguidade ou a Idade Média.

Temáticas particulares surgem então como relevantes para o entendimento daqueles aspectos mais gerais. Será necessário perceber a acção dos diversos poderes na organização do povoamento e dos territórios (Coroa, mosteiros, nobreza, municípios) bem como as formas de relacionamento entre os centros e os territórios (vilas/cabeças de concelho e as aldeias do termo). Por outro lado, interessa estudar a estruturação urbana e desenvolvimento dos centros de povoamento tendo também em atenção o fenómeno das desertificações de diversas cronologias e contexto. A relação entre as estruturas do *habitat* e a organização do espaço agrário constitui outro tema de análise, em particular, o conhecimento dos espaços e da cultura material directamente associados à produção vinícola.

A valorização do património duriense, entendido como um importante recurso para o desenvolvimento da região, constitui uma componente fundamental do projecto que lhe irá dar corpo através de diversos tipos de iniciativas. Assim, procurar-se-á a divulgação dos resultados da investigação sob a dupla forma de publicações científicas e de textos vocacionados para o grande público (roteiros, prospectos), ao mesmo tempo que serão promovidas e apoiadas acções de recuperação e valorização do património (acções de sensibilização junto da população, visitas guiadas, organização de itinerários, organização de exposições, acções de musealização de sítios e monumentos).

2. COLABORAÇÕES

É um ponto de honra do GEHVID trabalhar em estreita cooperação com os autarquias, instituições e empresas da região: só avançamos quando elas entendem que o nosso trabalho é de interesse local; pedimos então todo o apoio possível para desenvolver o projecto de investigação, e protificamo-nos a colaborar na promoção de acções que divulguem os resultados conseguidos e os rentabilizam na óptica das populações.

Algumas das acções planeadas prevêm uma colaboração estreita com o IPPAR, integrando-se em projectos de valorização do património da região duriense pro-

movidos directamente pelo Instituto. É o caso dos projectos de recuperação do património edificado previstos para o Castelo de Carrazeda de Ansiães e para os Mosteiros de S. João de Tarouca e Salzedas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Douro (PRODOURO).

Assinale-se também a existência, na área do vale do Douro, do *Projecto de Investigação em Arqueologia – O Povoamento Medieval na Margem Sul do Rio Douro*, desenvolvido, desde 1986, pelo Dr. Gonçalves Guimarães (Casa de Cultura de V. N. de Gaia e Universidade Portucalense). Amigo e colega de longa data, ele e a sua equipa têm concentrado os seus esforços no estudo da importante estação arqueológica de Ervamoira, embora tenham planos para alargar a investigação a outras estações. As equipas do GEHVID trabalharão sempre em articulação com os membros do projecto de Joaquim António Gonçalves Guimarães e contarão com a sua já longa experiência, o seu conselho e o seu profundo conhecimento do terreno.

3. CALÁBRIA (ALMENDRA, VILA NOVA DE FOZ CÔA). PRIMEIRA NOTÍCIA

O projecto de estudo do Monte Calabre – freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa – e da sua área envolvente, no âmbito do GEHVID, situa-se entre os períodos romano e alti-medieval, iniciando-se o programa de trabalho com o levantamento bibliográfico e a prospecção da zona considerada. Está já no prelo um trabalho de José Ignacio Rodriguez que procura fazer um ponto da situação bibliográfico e científico do que se sabe sobre o local.

Local ocupado desde o período proto-histórico até à Alta Idade Média, foi durante as épocas romana e visigótica que, segundo as fontes conhecidas, teve maior relevo como importante centro político-religioso. Durante o reinado de Vitérico (603-610) foi cunhada moeda em Calábria, tendo sido posteriormente elevada a sede de bispado, pelo que se encontram os seus bispos presentes nos Concílios durante o século VII. As causas da sua decadência não estão bem esclarecidas, sabendo-se porém, que estaria já abandonada em 1171 quando Fernando II de Leão doou as suas ruínas ao Bispo de Ciudad Rodrigo.

Após a prévia recolha bibliográfica, partiu-se para a prospecção de campo. Esta incidiu, inicialmente, sobre o Monte Calabre, ao qual se seguiram vários outros locais próximos (Aldeia Nova/Olival dos Telhões, Quinta da Olga, Fonte da Torre, Castelo de Algodres, Algodres, Rodo do Castelão, Ponte «Romana» de Escalhão, Calçada de Alpajares, Capela de Santo Cristo-Barca de Alva), seleccionados segundo critérios toponímicos, referências bibliográficas e a informação oral.

Durante a prospecção, procurou-se recolher exemplares significativos dos materiais de superfície existentes, fotografar os vestígios mais notáveis bem como

o património construído e cartografar os locais. O objectivo deste levantamento foi reunir elementos úteis ao estudo do povoamento da área próxima ao Monte Calabre, situada entre os rios Douro, Côa e Águeda e, tanto quanto possível, relacioná-los com a produção vinícola.

Na continuação estamos a aprofundar a recolha bibliográfica e documental a ser incluída numa base de dados, realizar o estudo dos materiais de superfície recolhidos e precisar a identificação dos vestígios detectados. A mais longo prazo, os trabalhos visarão um programa de sondagens com vista a intervenções arqueológicas. As sondagens serão realizadas no Monte Calabre e no Olival dos Telhões/Aldeia Nova (fig. 2).

Maria do Rosário Marques/Pedro Baère/Susana Cosme
(Arqueólogos, GEHVID)

Fig. 1: Localização das intervenções arqueológicas: 1. Monte Calabre (V. N. de Foz Côa), 2. Vila medieval de Numão (V.N. de Foz Côa), 3. Vila medieval de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), 4. Abadia velha de Salzedas (Tarouca).

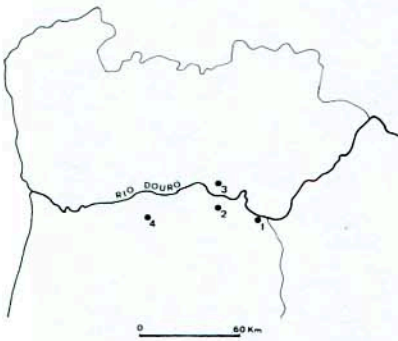
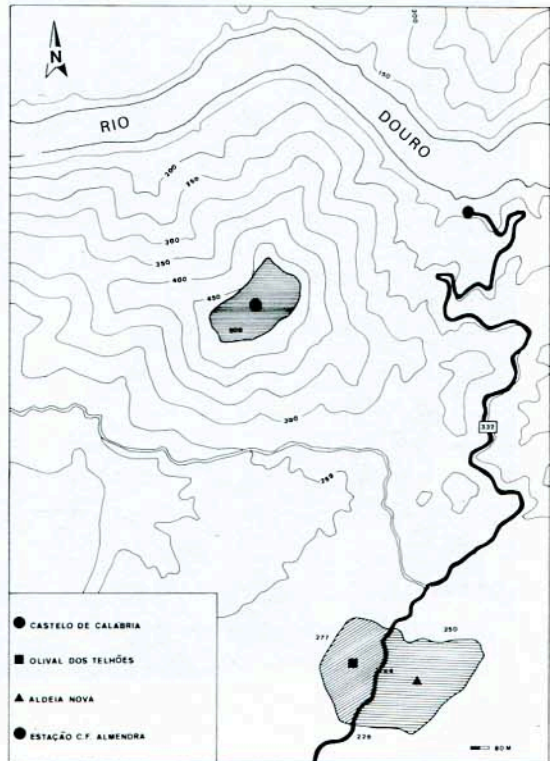


Fig. 2: Os sítios arqueológicos do Monte Calabre e do Olival dos Telhões/Aldeia Nova. O monte é rematado por uma plataforma de grande dimensão, onde se observam derrubes de construções, completamente cercada por um muro em ruínas. No sopê, localiza-se uma extensa área de dispersão de materiais à superfície onde se reconhece abundante espólio de época romana.



4. VILA VELHA DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA). UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

O projecto elaborado para a Vila Velha de Numão (fig. 3) integra-se numa linha de investigação mais vasta que foi apresentada no início deste texto. A longa diacronia de ocupação desta Vila e do *Termo* que surge sob o seu domínio, ainda por determinar ao pormenor, afigura-se como um bom modelo para o estudo dessa mesma realidade histórica.



Fig. 3: Fotografia aérea da Vila Fortificada de Numão (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), escala 1: 2 500. Reconhecem-se os muros da cerca delimitando um espaço densamente urbanizado e junto da porta Sul a igreja de Santa Maria.

São várias as questões com as quais nos confrontamos. Desde logo, a prospecção sistemática efectuada na área envolvente do Castelo leva-nos a interrogar se estaremos perante uma ocupação contínua do espaço, desde a pré-história até ao séc. XVI. São inúmeros os vestígios materiais que nos permitem uma resposta afirmativa, confirmada pelo aparecimento de cerâmica à superfície que identificámos como pertencendo à pré-história recente, aos períodos romano, medieval e moderno.

A pesquisa bibliográfica efectuada, complementada com o levantamento topográfico das muralhas, da Igreja de S. Pedro e necrópole adjacente e também da Igreja de Santa Maria de Intramuros, leva-nos a questionar a evolução socio-económica da Vila, desde a concessão da Carta de Foral em 1130 até ao momento em que ocorre a mudança de competências jurídico-administrativas para a Vila de Freixo de Numão, provavelmente a partir do início do séc. XVII. Como se teria processado esta transferência de poderes? Estará o florescimento de Freixo de Numão directamente relacionado com o declínio da Vila de Numão?

Uma última questão prende-se com a importância assumida pela cultura da vinha nesta região. Já a Carta de Foral de 1130 faz referência a duas culturas importantes na economia local, a cevada e a vinha. Por outro lado, com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, intensifica-se o cultivo da vinha que, aliado à oliveira e à amendoeira, permitirá a Freixo de Numão conhecer um significativo desenvolvimento.

Estas são as principais linhas de força que irão orientar este estudo, conjugando a investigação documental com a realização de sondagens e escavações arqueológicas.

Heloísa Santos/Isabel Lopes/Paula Cristina Abranches
(Arqueólogas, GEHVID)

5. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA VILA MEDIEVAL DE ANSIÃES (CARRAZEDA DE ANSIÃES)

Povoado fortificado, a Vila medieval de Ansiães (fig. 4) nunca foi objecto de um projecto de investigação continuado, apesar da importância deste reduto amuralhado no contexto histórico da região transmontana. Por este motivo, e em função de uma ausência de dados científicos sistematicamente apurados neste local¹, iniciou-se em 1995 a primeira etapa de um estudo cujos objectivos se pretendem traduzir num conhecimento mais pormenorizado da arqueologia deste sítio.

¹ Com excepção das sondagens arqueológicas realizadas em 1987 (LE MOS, Francisco Sande, *Notícia preliminar das sondagens realizadas em 1987 na Vila fortificada de Ansiães*, «Cadernos de Arqueologia», Série II, 5, 1988, pp. 51-64).

Partindo de princípios de análise baseados em dados da arqueologia espacial e extensiva, este programa de estudos busca o conhecimento da organização urbana e doméstica e dos diferentes períodos de ocupação que permitam balizar cronologicamente o local. Neste sentido, com o apoio da Câmara Municipal de Ansiães foi realizado, em 1995, o levantamento topográfico de toda a área intra-

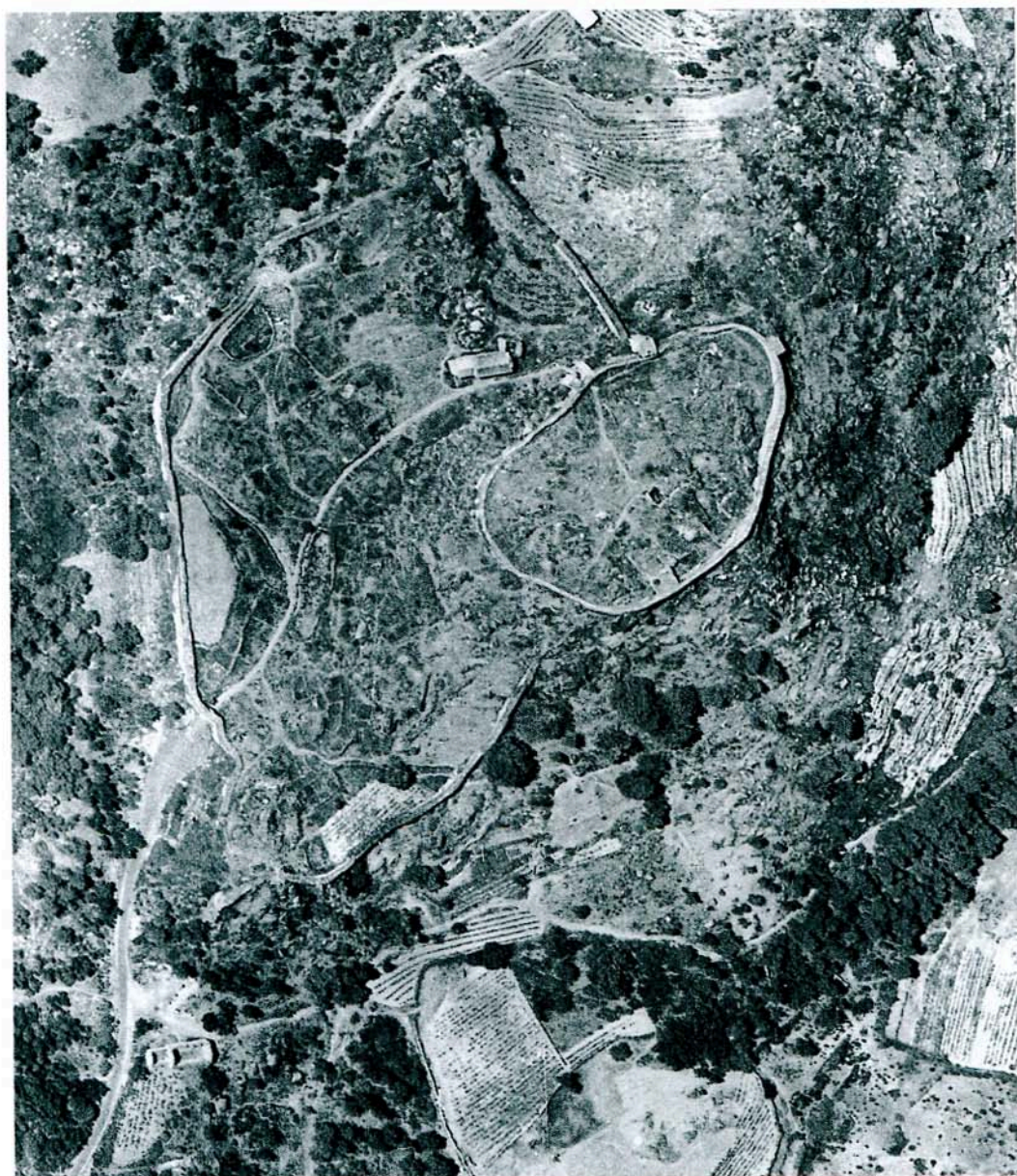


Fig. 4: Fotografia aérea da Vila Fortificada de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), escala 1: 2 500. Reconhecem-se os muros das duas cercas da vila com a igreja de S. Salvador, no interior, e a igreja de S. João, no espaço extra-muros.

muros, bem como uma acção de limpeza efectuada em zonas estratégicas, tendo daqui resultado uma recolha de materiais de superfície² em que se destacam as cerâmicas de uso comum, que da época moderna recuam até ao período calcolítico. De salientar, igualmente, um conjunto de cerca de duas dezenas de moedas provenientes de recolhas de superfície³, constituído por *ceitis* (D. Afonso V, D.Manuel I), um *meio real* (D. João I), um *real preto* (D. Afonso V), um *quarto de real* (D. João I) e *dinheiros* (D. Sancho II, D. Dinis).

Assim, combinar a investigação científica com a formação e desenvolvimento de um *corpus* técnico/cultural capaz de salvaguardar o espólio histórico e promover a respectiva valorização patrimonial, é a prioridade fundamental do projecto agora iniciado para a vila velha de Ansiães. No entanto, tal só será possível em colaboração com diversas entidades para valorizar toda uma riqueza cultural que possa ser rentabilizada turisticamente. Neste âmbito, o papel que a autarquia tem desempenhado como agente dinamizador torna-se fundamental ao estabelecimento desta dinâmica que terá a sua continuidade com a realização de sondagens e escavações arqueológicas programadas para os próximos anos. O espólio e os dados científicos obtidos já começaram e continuarão a ser objecto de um estudo pormenorizado, visando a sua posterior musealização e publicação.

António Luis Pereira/Nuno Miguel Soares
(Arqueólogos, GEHVID)

6. A «ABADIA VELHA» E O MOSTEIRO DE SALZEDAS. UM PROJECTO DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

Com o nome de «Abadia Velha» se designa ainda hoje uma zona da margem direita do rio Varosa, situada a escassas centenas de metros do conhecido estabelecimento cisterciense de Santa Maria de Salzedas⁴.

A tradição popular sempre havia apontado o local como antiga residência de monges⁵ e, já no início do século XVII, Frei Baltasar dos Reis, apoiado na documentação antiga do cartório monástico, localizara aí o primitivo mosteiro de Salzedas⁶. A tradição ganhou consistência material em 1969, quando os trabalhos

² As zonas intervencionadas onde se efectuaram recolhas foram a igreja extra-muros de S. João, a zona superior do castelo (torre e anexos) e a zona da cisterna e plataforma envolvente.

³ O conjunto numismático foi gentilmente cedido para estudo pelo Dr. Orlando de Carvalho, tendo sido recolhido pelo próprio em zonas adjacentes à linha de muralha exterior.

⁴ A «Abadia Velha» pertence à freguesia da Ucanha, concelho de Tarouca, distrito de Viseu.

⁵ LEITÃO, Armando F. - *O Mosteiro de Salzedas*. Porto, 1963.

⁶ VASCONCELLOS, José Leite de - *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas, por Fr. Baltasar Dos Reis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

agrícolas colocaram a descoberto os alicerces dum templo de três naves e transepto saliente, datável dos finais do século XII⁷.

Desde que o sítio arqueológico foi classificado⁸, em 1971, não voltou a ser objecto de qualquer outra intervenção, até que no Verão de 1994 uma acção não autorizada pelo organismo que tutela o Património Arqueológico (IPPAR) removeu com meios mecânicos os sedimentos que ainda se preservavam acumulados nas zonas da cabeceira e do transepto da igreja. A acção, realizada aparentemente com o intuito de obter uma planta completa do edifício eclesial, ignorou a metodologia científica, acabando por causar danos irreparáveis na estrutura das ruínas e nas potencialidades do seu estudo, nomeadamente no que respeita à caracterização da estratigrafia arqueológica e do espólio que aí se encontrava.

Na sequência destes acontecimentos, foi decidido iniciar de imediato um projecto de estudo e valorização do monumento, no âmbito das actividades do GEHVID e com o apoio do IPPAR e da Câmara Municipal de Tarouca.

O programa de pesquisa visa o conhecimento deste importante estabelecimento monástico medieval, incluindo os antecedentes da reforma cisterciense⁹ e as correlações com a organização do povoamento medieval na região duriense. O estudo irá privilegiar uma perspectiva de arqueologia espacial e extensiva feita simultaneamente em três escalas diferentes de abordagem: 1) os edifícios e a organização do espaço monástico; 2) o couto do mosteiro, limites e organização interna do seu espaço (toponímia, povoamento, rede viária...); 3) o património fundiário do mosteiro, sua estrutura e distribuição espacial, com particular incidência no que se localiza na região produtora de vinho do Douro, visando esclarecer o papel desempenhado por esta instituição monástica no incremento da produção vinícola da região, durante a Idade Média.

Uma primeira intervenção arqueológica foi já realizada na «Abadia Velha», em 1995¹⁰, tendo permitido efectuar o levantamento gráfico e topográfico dos vestígios do edifício (Fig. 5), o inventário e decalque das siglas de canteiro (Fig. 6) com vista a um tratamento sistemático e comparativo com as de Salzedas e S. João de Tarouca, e a inventariação dos silhares e elementos arquitectónicos que se encontravam dispersos pela zona das ruínas. Foram ainda realizadas duas pequenas son-

⁷ REAL, Manuel Luís - *A Abadia Velha de Salzedas. Notícia do aparecimento das suas ruínas*. «Revista de Guimarães», 92, Guimarães, 1983.

⁸ Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto N.º 516/71, datado de 22 de Novembro.

⁹ Alguns dos elementos já identificados na «Abadia Velha» apontam para a possibilidade de uma antiga ocupação do local ainda em fase pré-românica.

¹⁰ A intervenção decorreu em Setembro e contou com a participação de três operários da C. M. Tarouca e dos alunos Rogério Alves, Luís Jorge Sousa, Carlos Jorge e Luís Carlos Teixeira, da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo. Cumpre aqui fazer um agradecimento especial ao Sr. José Gonçalves Ambrósio, proprietário em cujos terrenos se situam as ruínas da Abadia Velha, pela autorização e facilidades concedidas no decurso da intervenção.

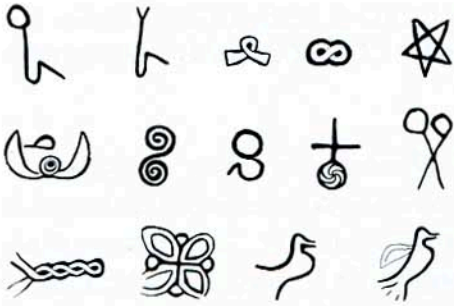


Fig. 5: O levantamento sistemático das siglas da «Abadia Velha» e o estudo comparativo com as de Salzedas e S. João de Tarouca permitirá um melhor conhecimento do «estaleiro da obra» cisterciense, a detecção de fases e técnicas construtivas e ainda a identificação de canteiros comuns.



Fig. 6: Abadia Velha de Salzedas. Nos alicerces do edifício, que nos revelam um templo de três naves e transepto saliente, destaca-se a cabeceira pela particularidade que representa a planta das ábsides: a central possui remate interno semi-hexagonal e as duas laterais, mais pequenas, apresentam remate interno semi-octogonal.

dagens, uma para avaliar as potencialidades arqueológicas e os estragos provocados pela intervenção clandestina e a outra para detectar o eventual desenvolvimento para Sul dos anexos monásticos, o que não se veio a confirmar nesse local.

Os trabalhos de «gabinete» e de campo irão prosseguir em 1996, com continuação da recolha bibliográfica e ampliação da respectiva base de dados; o tratamento informatizado de fontes documentais – Inquirições de Afonso III e *Livro das doações de Salzedas*; o tratamento cartográfico dos vestígios e da informação recolhida; a análise e tratamento das coberturas aerofotográficas das áreas em estudo; a continuação do inquérito e levantamento de vestígios de interesse arqueológico situados dentro da área do couto do mosteiro¹¹; o levantamento topográfico da zona envolvente das ruínas da «Abadia Velha», incluindo os vestígios de um forno cerâmico de provável cronologia medieval; realização de novas sondagens arqueológicas com vista à caracterização do espaço conventual e à determinação da sequência e modalidades de ocupação do local.

Para além da publicação de estudos científicos que darão conta dos resultados da investigação, o programa elaborado contempla ainda a valorização das ruínas da «Abadia Velha» e a divulgação do «monumento», cuja integração no eixo turístico Ucanha/Salzedas justifica a criação de estruturas de apoio à musealização *in loco*.

Ricardo Teixeira (Mestre em Arqueologia, GEHVID); Miguel Rodrigues (Mestre em Arqueologia – IPPAR); José Ignacio Rodriguez (Universidade de Valladolid; mestrando de História Medieval da FLUP; bolseiro do Instituto Camões, GEHVID); Maria do Rosário Melo/Mário Reis Soares (Estudantes de Arqueologia)

¹¹ TEIXEIRA, Ricardo – «Património arqueológico do concelho de Tarouca», in *Plano Director Municipal de Tarouca*, Porto, 1992.

7. A REORGANIZAÇÃO DO POVOAMENTO E DOS TERRITÓRIOS NA BAIXA IDADE MÉDIA E AS TRANSFORMAÇÕES DA IDADE MODERNA (SÉCULOS XII-XIX)

O conhecimento dos centros político-administrativos torna-se necessário ao estudo da construção histórica da paisagem duriense. A organização do território que antecedeu as profundas transformações do século XIX, foi criada na Baixa Idade Média inserindo-se na produção do espaço da Monarquia Portuguesa. O vale do Douro constituía então uma região periférica e de fronteira, tendo o poder régio investido fortemente na reorganização do seu povoamento e dos territórios. Assim, entre os séculos XII e XV, a região cobriu-se com uma densa rede de povoações fortificadas estruturadoras do território. É o aparecimento de um tipo novo de povoado concentrado, arruado e fortificado, a Vila, cabeça dos territórios concelhios onde tem assento as Aldeias. As transformações do final da Idade Média e da época Moderna, tendo conduzido ao abandono de alguns destes centros político-administrativos e ao aparecimento de outros novos, mantiveram, no entanto, o modelo de organização criado com a emergência da Monarquia Portuguesa, o qual só no século passado veria novas e profundas rupturas.

A linha de investigação que desenvolvemos tem como ponto de partida uma tese de mestrado em arqueologia defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1994¹². A concretização de uma 1ª fase de inventário e cartografia, com base nas listas do *Numeramento* de 1527-32 e na *Corographia Portuguesa* do Pe. Carvalho da Costa, permitiu o levantamento dos territórios concelhios e das respectivas cabeças que existiram durante a Monarquia Portuguesa, num quadro de organização que persistiu até às reformas liberais. A área de observação, ainda que centrada no vale do Douro, foi suficientemente alargada para pôr em evidência eventuais diferenças regionais (Fig. 7). Numa 2ª fase, procura-se reunir um *corpus* de documentação cartográfica para cada um dos núcleos urbanos inventariados (Levantamentos aerofotogramétricos à escala 1: 2 000, Foto Aérea à escala 1: 15 000 e 1: 2 500) bem como sobre os respectivos territórios (Mapas 1: 25 000 e 1: 100 000). Um *corpus* paralelo tem vindo a ser constituído com informação recolhida na documentação publicada, nas monografias locais e em observações de campo.

Os problemas abordados com base nos *corpora* de informação assim constituídos podem ser organizados em três níveis.

¹² GOMES, Paulo Dordio – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, Porto, 1994 (dissertação de mestrado em arqueologia; policopiada); ver tb. GOMES, Paulo Dordio – «O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho», *Arqueologia Medieval*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola e Porto, 1993, nº 2, pp. 171-190.

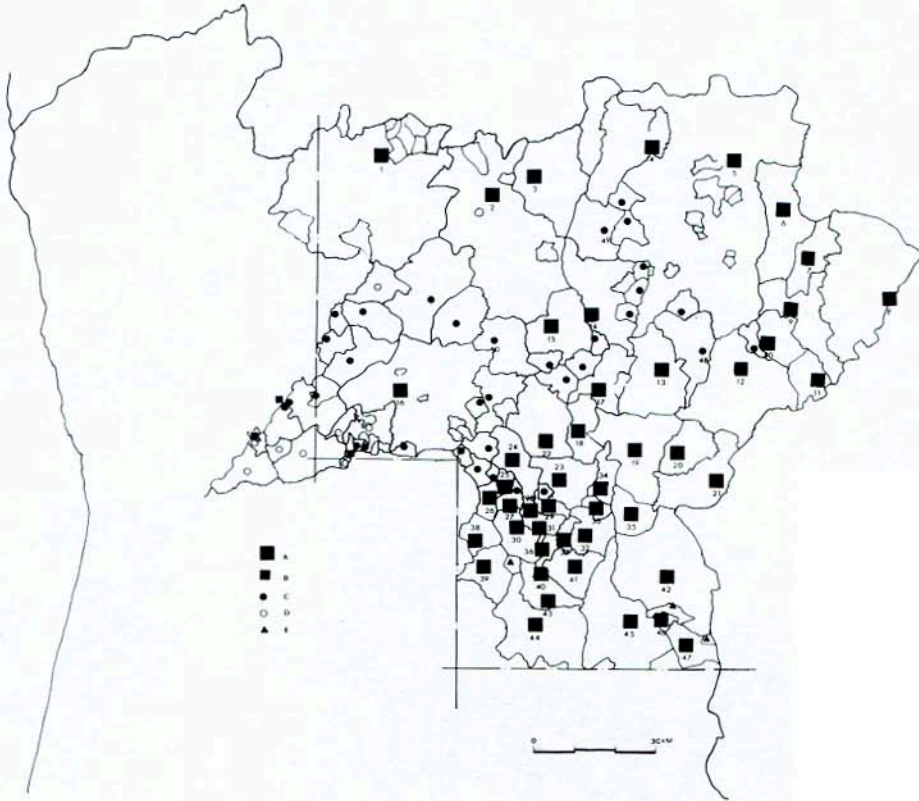


Fig. 7: As unidades político-administrativas na área do Alto Douro e Trás-os-Montes segundo o Numeramento de 1527-32. A. vilas fortificadas; B. vilas não fortificadas; C. concelhos; D. concelhos com sede num ermo; E. lugares.

Em primeiro, lugar o estudo do centro urbano. Partindo da análise da morfologia urbana, tendo em atenção a forma e o plano, bem como o parcelário, procura-se desenvolver uma classificação morfológica e tipológica. No seguimento, interessa aprofundar a análise para conhecer e interpretar a construção do espaço urbano, seguindo as transformações sucessivas e apoiando-se numa cronologia documental e arqueológica. Num segundo nível, interessa-nos o território político e de recursos de cada núcleo urbano. Importa entender a sua inserção no espaço de recursos potenciais próximos, bem como sob que formas se organizou o respectivo território de domínio político, o *termo*, e se desenvolveu a relação com territórios e comunidades vizinhas. Por fim, é necessário ter em atenção o jogo e o equilíbrio dos diversos poderes e interesses envolvidos (Coroa, senhores, comunidades) no sentido de compreender o processo que conduziu à construção de uma rede micro-urbana no contexto da produção do espaço da Monarquia Portuguesa.